

RESOLUÇÃO N.º 05, de 19 de Setembro de 2012.

"Regulamenta a participação de empreendimentos tais como loteamentos, conjuntos habitacionais, condomínios horizontais ou verticais e outros no FTE, com aplicação de recursos em substituição a construção de ETEs conforme previsto no TAC,"

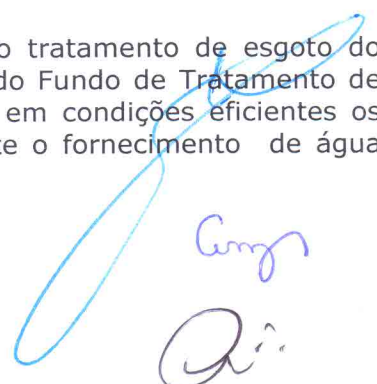
CONSIDERANDO que a Administração Pública rege-se pelos princípios da legalidade impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência;

CONSIDERANDO a responsabilidade imposta aos administradores públicos, através do **Termo de Ajustamento de Conduta** assinado com o Ministério Público estadual em 07/07/2011 relativo à construção da Estação de Tratamento de Esgoto Vargem Limpa: "que aplicar-se-á, neste caso, o item 4 da convenção de 30 de agosto de 2010, ou seja; "enquanto não implantado totalmente o Sistema de Tratamento de Esgoto de Bauru, o Município de Bauru e sua Autarquia, através deles ou de seus sucessores, ou ainda, de seus prepostos legalmente constituídos, se comprometem a exigir dos empreendimentos horizontais e verticais, tais como: loteamentos e condomínios, a serem implementados no Município a recolher ao Fundo de Tratamento de Esgoto de Bauru valor correspondente ao impacto pela produção de esgoto que o empreendimento gerar, cujo modo de cálculo e pagamento respeitará a legislação municipal, ou a construção e implementação de sistema próprio e específico de tratamento e efluentes para o empreendimento, excluindo os empreendimentos destinados à regularização fundiária e programas governamentais de habilitação popular urbana de interesse social, voltados à população de "baixa renda", cuja responsabilidade, neste caso, será do Poder Público Municipal".

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, normatizar e estabelecer os critérios de cobrança da participação de empreendimentos horizontais, verticais e parcelamento de solo, no âmbito do Município na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Vargem Limpa;

CONSIDERANDO que o DAE, além de ter como meta o tratamento de esgoto do Município, hoje suportado com recursos do Fundo de Tratamento de Esgoto, preocupa-se e necessita manter em condições eficientes os demais serviços prestados, principalmente o fornecimento de água tratada;

RESOLVE



Art. 1º- Definir, com base no **art. 2º e incisos da Lei 5357 de 28 de abril de 2006**, normas para que os empreendimentos de parcelamento de solo, tais como loteamentos abertos ou fechados residenciais, reloteamentos, condomínios horizontais ou verticais, conjuntos habitacionais, verticais ou horizontais de natureza pública ou privada, excetuando apenas o empreendimento destinado à regularização fundiária e programas governamentais de habitação popular urbana de interesse social, voltados à população de "baixa renda", cuja responsabilidade, neste caso, será do Poder Público Municipal, participem com recursos financeiros aplicados os FTE – Fundo de Tratamento de Esgoto, correspondente ao impacto pela produção de esgoto do empreendimento.

Art. 2º- Utilizar como parâmetros para definição dos valores do impacto pela produção de esgoto do empreendimento, os correspondentes à construção da ETE Vargem Limpa, decorrentes do orçamento de seu projeto executivo elaborado em 2011, conforme tabela a seguir:

Obra	População de final de plano	Vazão de final de Plano (I/s)	Valor da obra	Custo por habitante
ETE Vargem Limpa Bauru	587.601	1.740	R\$133.529.590,16	R\$ 227,25

Art. 3º- Que o valor de R\$227,25/hab. (duzentos e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos por habitante), corresponde a 12,32 (doze vírgula trinta e dois) UFESP por habitante;

Art. 4º- O valor apurado deverá ser pago à vista, juntamente com o pedido de interligação, ou parcelado, desde que seja observado o seguinte:

§1º O parcelamento deverá ser requerido, por escrito e a partir do pedido de interligação ao sistema público, pelo empreendedor através de formulário próprio que deverá estar instruído com cópias dos seguintes documentos:

- a) cartão CNPJ;
- b) contrato ou estatuto social devidamente registrado e consolidado, no órgão competente;
- c) RG e CPF do representante legal e respectivo instrumento de mandato; e,
- d) Matrícula do empreendimento.

I- Se o empreendedor não for proprietário do imóvel objeto do empreendimento ou não possuir poderes para representá-lo, deverá obter a anuência expressa do proprietário, de autorização do parcelamento.

II- O empreendedor e/ou proprietário do imóvel objeto do

